

# Impactos do Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) no Bem-Estar da Família

por Pedro Rodrigues de Oliveira e Ana Lúcia Kassouf,  
Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), USP

O **Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC)** concede um benefício não contributivo de um salário mínimo mensal a idosos (com 65 anos ou mais) e a pessoas portadoras de deficiência que as incapacitam para a vida independente e para o trabalho. Para recebê-lo, é necessária a comprovação de renda mensal familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo em vigência. É destinado, portanto, a famílias muito pobres. O BPC é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e começou a ser pago a partir de 1996.

Em comparação aos outros programas do Governo Federal, o valor do benefício é muito alto, o que reflete no tamanho do orçamento destinado ao Programa. Em 2008, o BPC distribuiu quase R\$ 14 bilhões, enquanto o Programa Bolsa Família (PBF) distribuiu em torno de R\$ 7,5 bilhões. O BPC beneficiou quase 3 milhões de pessoas, enquanto o PBF beneficiou em torno de 40 milhões de pessoas. Portanto, com o BPC temos uma quantidade menor de pessoas sendo beneficiadas com uma quantia bastante superior às outras transferências do governo.

Este estudo visa avaliar o Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) do Governo Federal quanto aos efeitos gerados nos domicílios dos beneficiários. Especificamente, será analisada a oferta de trabalho dos idosos e co-residentes dos domicílios tratados e o trabalho e a escolaridade de crianças que co-habitam com os beneficiados.

Normalmente, os estudos sobre programas de assistência social destinados a idosos focam na pobreza e na prevenção de situações de vulnerabilidade na terceira idade, mas outros efeitos emergem do recebimento destas pensões. Barrientos e Lloyd-Sherlock (2002) citam a promoção do *status* do idoso em um domicílio, a prevenção da pobreza extrema e a quebra da persistência intergeracional da pobreza por meio de investimentos em capital humano, físico e social.

Martinez (2005) estudou a transferência de renda para idosos na Bolívia (Bono Solidario), encontrando um aumento significativo no consumo de alimentos nas famílias beneficiadas. Case e Deaton (1998), analisando uma transferência direcionada aos idosos na África do Sul, encontraram efeitos redistributivos dos recursos para alimentação, educação, transferências a outros domicílios e poupança. Duflo (2003) observou que a transferência melhorou a situação nutricional de crianças e que o efeito difere de acordo com o gênero do beneficiado e das crianças.

Outro efeito associado à concessão de pensões é o aumento da probabilidade de se viver sozinho (COSTA, 1999). Paulo (2008) mostrou que com o BPC houve mudanças na composição domiciliar.

O presente estudo utiliza a base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, esta pesquisa anual não inclui perguntas específicas sobre programas sociais todos os anos. Mesmo para aqueles anos em que a informação está disponível no suplemento especial – 2004 e 2006, ela se refere apenas ao domicílio. Assim, pode-se identificar, por meio destes suplementos, somente se o domicílio é beneficiado pelo Programa, mas não qual indivíduo dentro deste domicílio.



Apesar deste problema, ainda pode-se identificar o programa cujo indivíduo é beneficiário por meio dos critérios de elegibilidade, como: salário, renda domiciliar, idade, composição domiciliar e a quantia paga por cada programa social. Este procedimento pode ser usado para todos os anos da Pnad, mesmo em anos sem o suplemento.

As quantias pagas pelos programas sociais ficam computadas na variável 'V1273' da Pnad, descrita como: "Juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos e outros rendimentos que recebia, normalmente, no mês de referência". É pouco provável que quem receba juros de aplicações financeiras e dividendos seja beneficiário de programas sociais. Porém, como os valores pagos por estes programas são conhecidos, a partir dos valores declarados nesta variável pode-se deduzir de qual programa o indivíduo é beneficiário.

Barros, Carvalho e Franco (2007) utilizam os valores típicos do BPC, Bolsa Família, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e Auxílio-Gás para identificar beneficiários de cada programa. Todos os indivíduos que detinham o valor de um salário mínimo na variável 'V1273' foram identificados como beneficiários do BPC. A combinação entre os valores típicos de cada programa é crucial para identificar indivíduos que recebem mais de um programa social simultaneamente.

As metodologias de regressão descontínua, diferenças em diferenças e de pareamento foram utilizadas na tentativa de isolar o efeito do programa sobre as variáveis de interesse.

Os resultados mostraram que indivíduos beneficiados pelo programa BPC tem maior probabilidade de morar sozinho ou somente com o cônjuge, resultado de uma maior independência financeira. Constatamos, também, que indivíduos em domicílios que recebem o BPC, tanto idosos como coresidentes, tiveram redução da participação no mercado de trabalho. Observou-se, ainda, uma redução no trabalho de crianças de 10 a 15 anos que residem em domicílios em que há idosos beneficiados pelo Programa, mas nenhum efeito foi encontrado com relação à escolaridade das crianças.

#### Referências:

- BARRIENTOS, A.; LLOYD-SHERLOCK, P. Non-contributory pensions and social protection. Genebra: International Labour Office -ILO, 2002 (*Discussion Paper*, n.12).
- BARROS, R. P. DE; CARVALHO, M. DE; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; Ulyssea, G. (Eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007, v. 2, p. 41-86.
- CASE, A.; DEATON, A. Large cash transfers to the elderly in South Africa. *The Economic Journal*, London, n.108, v. 450, p. 1330-1361, 1998.
- COSTA, D. A house of her own: old age assistance and the living arrangements of older nonmarried women. *Journal of Public Economics*, Amsterdam, v. 72, p. 39-59, 1999.
- DUFLO, E. Grandmothers and granddaughters: old age pensions and intra-household allocation in South Africa. *The World Bank Economic Review*, Washington, v.17, n.1, p.1-25, 2003.
- MARTINEZ, S.W. Pensions, poverty and households investments in Bolivia. 2005. Mimeo.
- PAULO, M. *A relação entre renda e composição domiciliar dos idosos no Brasil: um estudo sobre o impacto do recebimento do Benefício de Prestação Continuada*. 85p. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.